

PAIXÃO PAGU & MI VIDA: LITERATURAS DE SI E PRÁTICAS FEMINISTAS – REVOLUCIONÁRIAS NO CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA

PAIXÃO PAGU & MI VIDA: SELF-LITERATURES AND FEMINIST-REVOLUTIONARY PRACTICES IN THE LATIN AMERICAN CONTEXT

Jessica Antunes Ferrara¹

[<https://orcid.org/0000-0003-4763-8936>]

DOI: 10.30612/raido.v14i35.12033

RESUMO: O presente estudo objetiva apresentar, através de uma breve análise comparativa, as obras *Paixão Pagu: A autobiografia precoce de Patrícia Galvão* (2005), da brasileira Patrícia Galvão, a Pagu, e *Mi Vida: Cartas de Amor a Siqueiros* (2004), da uruguaia Blanca Luz Brum. Almeja-se argumentar como as experiências manifestadas em ambas as escritas de si podem ser compreendidas enquanto práticas revolucionárias e feministas, já que contribuem para o desenvolvimento do pensamento crítico social e das lutas feministas no contexto da América Latina. Ambas as autoras, destacadas militantes do início do século XX, subverteram, tanto em suas vidas quanto em suas literaturas, a naturalização da domesticidade da mulher, tornando-se importantes representantes da luta histórica pela inserção das mulheres latino-americanas nos espaços de atuação política.

Palavras-Chave: Pagu; Blanca Luz; Literatura de si; Prática revolucionária; Prática feminista.

ABSTRACT: Through a brief comparative analysis, this study aims to present the work *Paixão Pagu: A autobiografia precoce de Patrícia Galvão* (2005), by the Brazilian author Patrícia Galvão - better known as Pagu -, and the work *Mi Vida: Cartas de Amor a Siqueiros* (2004), by the Uruguayan author Blanca Luz Brum. The goal of this paper is to argue how the experiences expressed in both works mentioned can be understood as revolutionary and feminist practices. The purpose here is to investigate how these self-literatures contribute to the development of critical social thinking and feminist struggles in the context of Latin America. Pagu and Blanca, prominent militants of the early 20th century, subverted the naturalization of the domesticity of women in their lives and in their literatures, in addition to becoming important representatives of the historical struggle for the insertion of Latin American women in the spaces of political activity.

¹ Atualmente é doutoranda em Letras: Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Desenvolve pesquisa com foco em Literatura Comparada, Literatura Contemporânea, Crítica Social e Estudos de Gênero na América Latina.

KEYWORDS: Pagu; Blanca Luz; Self-literature; Revolutionary practice; Feminist practice.

INTRODUÇÃO: A LITERATURA DE SI COMO UM HORIZONTE FEMINISTA E REVOLUCIONÁRIO

Neste breve estudo, a leitura a ser feita das obras *Paixão Pagu: A autobiografia precoce de Patrícia Galvão* (2005), de Pagu, e *Mi Vida: Cartas de Amor a Siqueiros* (2004), de Blanca Luz Brum, terá um horizonte comparativo, de modo que seja possível perceber como os discursos e as ações políticas das mulheres latino-americanas foram invisibilizados por séculos, e só começaram a aparecer após muitas lutas, por parte das mulheres, para que suas narrativas sobre suas próprias histórias fossem (re)descobertas. Nesse sentido, a produção da literatura de si – rechaçada pela crítica literária canônica – acabou sendo reapropriada e ressignificada por mulheres revolucionárias. A domesticidade na qual encontravam-se histórica e socialmente enclausuradas é ultrapassada tanto sem suas vivências políticas quanto no desenvolvimento de suas literaturas de si, gênero igualmente e pretensiosamente retido no âmbito da vida privada.

O estado de reflexividade no qual o sujeito se coloca no momento da escrita de si é também um estado de reapropriação do poder no qual ele é chamado a decidir entre revolucionar ou reproduzir. No momento em que nos colocamos em estado de reflexividade, percebemos que nosso “si-mesmo” foi e é desenvolvido a partir de inúmeras convenções sociais que o antecede. Não há, pois, um sujeito pré-estabelecido ou ahistórico, e sim práticas as quais instituem relações de poder através da imposição de supostas verdades “que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 235). Para que isso ocorra, é necessário haver uma reflexão sobre si, uma interpelação acerca da possibilidade de recriar essas condições sociais ao se constituir através das relações com o outro. Logo, falar sobre si-mesmo não é recorrer a um si-mesmo circunspecto; é uma tentativa de compreender a produção desse “si-mesmo”, bem como de que forma ele pode ser considerado produtivo (BUTLER, 2017, p. 167).

Na literatura de si, quem escreve realiza uma autotransformação e uma transformação das inter-relações entre sujeitos que formam o corpo social. O processo de reflexividade observado na escrita de si pode ser entendido como revolucionário no sentido de que torna o sujeito capaz de revolucionar a si e aos outros. Analisar narrativas que evidenciam a estruturação de um “eu” a partir da distinção discursiva do que se conta ou do que se omite possibilita com que compreendamos a linguagem e o discurso como estruturas substanciais na formulação e assimilação de representações sociais (RAGO, 2013, p. 30), bem como nas possibilidades de ruptura e transgressão da ordem normativa.

No contexto das obras aqui trabalhadas, é notável a construção de um discurso feminista e revolucionário a partir de uma escrita de si que corresponde a uma reinvenção de si, dada através de uma relação consigo mesmo. Trata-se da construção de subjetividades não-assujeitadoras, subjetividades que fogem do controle dos poderes estabelecidos, ao mesmo tempo em que se utilizam desses mesmos poderes para existir. Face às práticas de coerção e dominação, o sujeito emerge sob um modo de assujeitamento

ou sujeição, isto é, sujeito a poderes históricos processualmente imputados sobre si. Entretanto, quando essas práticas contestam e libertam, são práticas de resistência, já que “se o assujeitamento é um fato historicamente inexorável, não se deixar assujeitar é resistir, é abrir-se a outros modos de ser sujeito, ainda que desconhecidos” (SOUZA, 2003, p. 42). É possível pensar, então, em uma prática discursiva, dada pela literatura de si, feminista e revolucionária, a qual resiste aos poderes impostos sobre o discurso construído pelas mulheres. Dizendo aquilo que consideram verdadeiro sobre si mesmas, Pagu e Blanca se abrem a novas possibilidades de ser/estar mulher que não aquelas pressupostas pela sujeição, a qual espera que sejam dóceis e não exponham ou critiquem o sistema. Com a literatura de si voltada à prática revolucionária, abrem-se propostas de uma modificação da estrutura social, o que mostra o fato de a literatura de si ser um exercício, uma prática de poder. Em outras palavras,

se as relações de poder pesam sobre mim enquanto digo a verdade, e se, ao dizê-la, exerço o peso do poder sobre os outros, então não estou apenas comunicando a verdade enquanto digo a verdade. Também estou exercendo o poder no discurso, usando-o, distribuindo-o, tornando-me o lugar de sua transmissão e replicação. Estou falando, e minha fala transmite o que tomo como verdadeiro. Mas minha fala também é um tipo de fazer, uma ação que acontece no campo de poder e que também constitui um ato de poder (BUTLER, 2017, p. 159).

Dito isso, é preciso compreender a emergência dos discursos de ambas as obras as quais aqui serão apresentadas, percebendo quais condições sociais pré-estabelecidas possibilitaram o surgimento da reflexividade de Pagu e Blanca, assim como de que maneira elas puderam, através de seus discursos, contestar essas condições, subverter a ordem normativa, ocupar espaços na vida pública e desestruturar a domesticação compulsória das mulheres.

1 LUTAS FEMINISTAS, LUTAS ANTICAPITALISTAS

Com advento do capitalismo na Europa, os novos parâmetros aplicados aos modos de produção começaram a afetar diretamente as relações interpessoais dos sujeitos, subalternizando as mulheres pela posição contínua e superioridade do homem na família e pelo então recente sistema econômico (ANDRADE, 2011, p. 10). Tal sistema foi resultado de um período violento e descontínuo chamado acumulação primitiva, que é a criação de um ambiente propício para a implantação de um novo sistema econômico. Esse ambiente é determinado por meio da violência, invasão de terras e pauperização da população (CRUZ, 2016, p. 197).

Analisando mais atentamente a questão das mulheres nesse contexto, Silvia Federici comenta que “as mudanças que a chegada do capitalismo introduziu na posição social das mulheres [...] foram impostas basicamente com a finalidade de buscar novas formas de arregimentar e dividir a força de trabalho” (FEDERICI, 2017, p. 126). Dentro dessa nova divisão do trabalho, as relações circunscritas na esfera privada foram afastadas, ainda mais, das experiências públicas. Em reflexo da desvalorização de suas atividades vinculadas à vida privada, a mulher se tornou um bem comum, “dado que seu trabalho foi definido como um recurso natural que estava fora da esfera das relações de mercado” (FEDERICI, 2017, p. 192).

A forte segmentação entre os espaços público e privado se intensificou justamente a partir do advento do capitalismo e da nova divisão do trabalho. Foi a partir disso que formas mais efetivas de domesticação, controle do corpo e silenciamento da mulher foram empreendidas. De acordo com Carole Pateman em *O contrato sexual* (1993, p. 28), a oposição entre o privado e o público representa nada mais que uma outra faceta das divisões natural/civil e mulher/homem. Para além disso, uma parte só adquire significado a partir da outra, “e o sentido de liberdade civil da vida pública é ressaltado quando ele é contraposto à sujeição natural que caracteriza o domínio privado” (PATEMAN, 1993, p. 28).

No sistema capitalista, a esfera privada é entendida como apolítica, sendo capaz, pois, de ocultar sua base patriarcal. Pateman (1993, p. 142) argumenta que esse fato é fundamental para que o direito político permaneça concentrado nas mãos dos homens, posto que, historicamente, para criar o direito político, os homens precisam, antes, da garantia ao direito sexual. Naturalizando a domesticidade da mulher, o patriarcado/capitalismo retira o poder político das mulheres sob a justificativa de que estas não possuem “aptidões necessárias para serem indivíduos civis” (PATEMAN, 1993, p. 142).

Foi no século XIX que muitas teses surgiram contestando a nova divisão do trabalho estabelecida pelo sistema capitalista – vide teses de Karl Marx e Friedrich Engels. Neste mesmo século, e em confluência com tais teses, muitas mulheres começaram a se organizar em torno de uma mobilização que se opunha à sua submissão institucionalizada. Passaram a se ocupar de suas próprias demandas, concentrando-se em uma revolução de classe e de gênero. Na América Latina, o mesmo século XIX foi marcado pelas lutas anticoloniais que culminaram na independência territorial das então colônias. Quando da colonização, incutiu-se na formação das sociedades latino-americanas uma ideologia normativa transplantada diretamente do sistema europeu, que trazia consigo a discriminação racial e sexual (FEDERICI, 2017, p. 219-220). O resultado disso foi a criação de uma cultura do estupro, racista, transformada em problema estrutural observado até os dias atuais.

Diante disso, percebe-se que não é possível desvincular as relações sociais que se deram no contexto da América Latina, dos interesses econômicos singulares que regiam todo o sistema colonial. Isto é, a implantação do capitalismo aqui, a partir da forma violenta de exploração colonial, corresponde ao imaginário discriminatório herdado, que tomou formas bem definidas nos processos de desenvolvimento de cada país-colônia. É importante, então, perceber as nuances da imposição do capitalismo como novo sistema econômico: na Europa, foi instituído logo após as lutas antifeudais; diversamente, na América Latina introduziu-se a partir da colonização, como uma espécie de alimento vital do modelo exterior. Nesse sentido, fica claro que o desenvolvimento do pensamento crítico ao capitalismo, principalmente àquele vinculado aos feminismos, se deu de formas diversas e específicas em nosso contexto.

Por conta das singularidades de cada país diante do processo de colonização, entende-se as muitas diferenças da luta feminista – ou melhor, feministas – na América Latina. Até mesmo no interior de um mesmo país é possível encontrar uma fragmentação, haja vista cada demanda responder a um fator determinado da condição da mulher naquela região. O que se busca destacar aqui é a insatisfação das mulheres

perante a normatividade imposta. Muitas vezes, em conjunto com aqueles que procuravam reivindicar a dignidade do trabalhador, as mulheres se dispuseram a lutar por sua própria dignidade. Apesar de terem sido notadamente inspiradas pelas feministas europeias e estadunidenses, as mulheres latino-americanas, de acordo com Francesca Gargallo (2006, p.31), experimentaram as reivindicações de maneira extremamente particular, vinculando-as às mais diversas histórias nacionais, às suas etnicidades, às suas participações políticas, e a outros fatores geradores de interpretações específicas sobre a autonomia – às vezes incompreensíveis aos olhos de quem não se insere em suas realidades. Foi precisamente este ambiente aquele anteriormente dado à Pagu e Blanca. Como elas se desenvolveram nesse contexto será, então, o assunto tratado no próximo item.

2 PAGU, BLANCA E A CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES REVOLUCIONÁRIAS

Em meio a efervescência de ideologias, práticas revolucionárias e novos processos de subjetivação característicos do fim do século XIX e da primeira metade do século XX, Pagu e Blanca Luz foram instruídas por suas famílias com total suporte em princípios normativos, de modo que pudessem corresponder à uma concepção de que as mulheres deveriam ser castas, retidas ao lar, inclinadas à paixão e à imaginação (SOIHET, 1997, p. 9).

Iniciando suas narrativas a partir do período da infância, atestam ser este o início mais profícuo de uma construção de si-mesmo. De Freud à Lacan, a psicanálise se ocupou em encontrar a gênese do sujeito nos processos de reconhecimento acometidos ao infante. Em convergência, as narrativas de si costumam apresentar como primeiros fatos os ocorridos antes da fase madura, e que constituirão o ser em toda a sua formação. Para Butler (2017, p. 91), esse fato ocorre devido ao empenho em dar uma ordem cronológica e uma definição ao próprio sujeito. Além disso, é na infância que emerge seu “eu”, o qual, mais tarde, se elaborará em uma linguagem anterior a ele mesmo. É nesse “eu” inicial que Pagu, Blanca Luz e todas e todos nós empreendemos nossas reflexividades, buscando construir, de modo contínuo, a nós mesmas, mesmos e o mundo. Pagu, que dedicou sua vida à militância anticapitalista, inicia a apresentação de seu “eu” a partir da perspectiva econômica familiar que, como poderá ser visto, não deixa de evidenciar as questões de gênero:

Em casa, conhecíamos toda espécie de necessidade e privações. Mas não conhecemos a miséria, mesmo porque a mentalidade pequeno-burguesa de minha família não permitiria que ela fosse reconhecida. [...]. As minhas relações de família sempre foram irregulares e contraditórias. Da mais extrema abnegação sentimental à mais inexplicável indiferença. Da exaltação que dói ao desinteresse absoluto. E tudo quase ao mesmo tempo. [...]. Eu não tive infância. [...]. Eu sempre fui, sim, uma mulher-criança. Mas mulher (GALVÃO, 2005, pp. 56-57).

Nota-se que as relações sociais e os mecanismos que as propagam são primordialmente de base ideológica e correspondem à forma de um sistema econômico pré-determinado que promove a vida material dos seres. As famílias de “mentalidade pequeno-burguesa” da América Latina se diferenciam das europeias: elas não sevem à uma burguesia local; são ambas, pequena-burguesia e burguesia latino-americanas,

dependentes da burguesia e pequena-burguesia dos países do Norte². Logo, os comportamentos são herdados, reproduzidos. No trecho de Pagu, o destaque é dado à dissimulação, ao “viver de aparências” comum a tais classes brasileiras. Para além disso, é possível perceber o destaque ao gênero, ao ser mulher nesse contexto – fato que será melhor discutido adiante.

Já em Blanca, a crítica é voltada ao desenvolvimento local e intelectual de familiares igualmente pertencentes à pequena-burguesia. Dados os movimentos históricos de construção política e social do Uruguai, burguesia e pequena-burguesia nacionais possuíam caráter agrário. Blanca passara seus primeiros anos de vida nos campos de Pan de Azúcar, cidade localizada no departamento de Maldonado. Lá, percebeu os efeitos da postergação do desenvolvimento local – inclusive na mentalidade de seus amigos e familiares, fato que exprime quando considera sua relação com a parentela: “[...] naquela estância do Uruguai onde cresci ouvindo a língua morta de meus parentes. Eu ouvi essa linguagem mais uma vez, e sigo ouvindo-a; é aquela linguagem dos seres estranhos que se moviam para trás ou nunca saíam do mesmo lugar” (BRUM, 2004, p. 20-21, tradução minha)³.

Com tais trechos, é possível compreender que, havendo uma dependência sistêmica burguesa e pequeno-burguesa do poderio imperialista, as consequências estruturais, sociais e históricas na América Latina se deram de maneira específica. Retomando a proposição de Federici sobre a herança de intolerância racial e sexual deixada pelo colonialismo em toda a América (2017, p. 219), percebe-se que os discursos de Pagu e Blanca denunciam a concordância entre as relações sociais e a formação estruturais econômicas das sociedades em que viviam. Essa concordância é observada logo nos primeiros trechos do relato elaborado pela brasileira. A infância, suprimida pelo elemento “mulher”, é tão subjugada nas sociedades capitalistas quanto o gênero feminino, tornando-se mais uma instância de legitimação das relações de poder. No trecho em que Pagu destaca: “Eu não tive infância. [...]. Eu sempre fui, sim, uma mulher-criança. Mas mulher” (GALVÃO, 2005, p. 57), a autora chama atenção para que, mesmo na condição de vulnerabilidade primeira, que é o ser criança, a marca do gênero sobressai. Isso mostra a imposição de um papel substancial ao gênero na formação primária do “eu”. Se é na infância que construímos nosso primeiro impulso de subjetivação devido à passividade que é anterior ao sujeito (BUTLER, 2017, p. 102), a passividade social atribuída ideologicamente à mulher, também anterior à própria percepção do ser enquanto mulher, é compreendida como uma passividade dupla no processo de subjetivação primária da criança que nasce vinculada a esse ser-mulher ontológico.

No que tange às relações familiares suscitadas pelas autoras, compreende-se que uma família de aspirações pequeno-burguesas oferece uma educação restritiva às mulheres, posto que aspira a perpetuação da dicotomia entre esferas pública e privada, e, conseqüentemente, entre os gêneros. Pagu afirma: “A educação que recebi nada

² A regionalização Norte-Sul faz referência à atual divisão socioeconômica observada a nível mundial. Os países que compõem o eixo Norte são aqueles que historicamente exploram e acumulam riquezas, ao passo que aqueles que compõem o eixo Sul são aqueles que são explorados e vivem sob o processo contínuo de colonização, ou, mais precisamente, sob a colonialidade do poder.

³ “[...] en aquella estancia del Uruguay donde yo crecía oyendo el lenguaje muerto de mis parientes. He vuelto a oír ese lenguaje y sigo oyéndolo; es el de extraños seres que se movían para atrás o no salieron nunca del mismo sitio”. Toda tradução da língua castelhana será de minha autoria.

significou para mim. Se crescesse só, apenas não existiria o choque nas paredes profundas de incompreensão entre mim e minha família” (GALVÃO, 2005, p. 65). Blanca se refere aos familiares também com certa indiferença: “Palavras que não me serviram para a vida, palavras que se diluíam naquela vida doméstica e sem alternativas” (BRUM, 2004, p. 24)⁴. Certamente, há aqui uma crítica à mentalidade familiar, local e também à educação advinda desse ambiente ideológico. Só no ato de escreverem e exporem isso de tal maneira há já um impulso revolucionário.

Por conta do cenário social em que foram criadas, Pagu e Blanca Luz eram consideradas jovens subversivas, já que apresentavam um caráter rebelde e contrário ao do costume imposto às meninas da época. Ainda criança, a brasileira conta que era proibida pelos pais dos colegas de frequentar suas casas e que se sentia extremamente sozinha (GALVÃO, 2005, p. 53). Blanca, abandonada pelo pai e órfã de mãe, fora criada inicialmente por sua tia materna que, mais tarde, colocou-a em um convento em Montevideu (PIÑEYRO, 2011, pp. 20-23). Esse fato sobre a uruguaia destaca o papel estrutural exercido pelo cristianismo na formação das mulheres latino-americanas. Para que a coesão social própria do patriarcado seja garantida, é necessário que a mulher se submeta à autoridade do homem e, na América Latina, a Igreja teve grande responsabilidade em ser a impositora do poder patriarcal às mulheres (CANDIOTTO, 2008, p. 98). A religião é, portanto, “uma das muitas formas de ideologia – ou seja, das produções espirituais de um povo, da produção de ideias, de representações e consciência, necessariamente condicionada pela produção material e pelas relações sociais correspondentes” (LÖWY, 2016, pp. 35-36). Percebe-se quanto da ideologia cristã fez parte do desenvolvimento da subjetividade de muitas mulheres latino-americanas.

A educação restritiva recebida por Pagu e por Blanca contribuía para um sentimento de solidão cujo resultado pode ser observado na vulnerabilidade emocional a qual foram impelidas. Se há restrição às possibilidades de ser do sujeito, tornando proibitivo todo o espaço que habita, então há um ambiente psíquico favorável à essa vulnerabilidade. É, de fato, uma forma de controle. Nesse contexto, ambas declaram “[...] eu era alguém que necessitava de proteção e carinho. Assim vivi por um bom tempo” (BRUM, 2004, p. 51);⁵ “Eu era uma criança. Eu só queria amar” (GALVÃO, 2005, p. 54). Tal fato as levou a buscarem rapidamente relações afetivo-sexuais. Como mulheres, foram ensinadas que a “entrega” de seus corpos ao domínio de um homem – que representa, de acordo com o patriarcado, a proteção necessária aos seres “frágeis”. Essa seria a única garantia de completude e felicidade para elas, e apenas a partir da corporalidade sexuada poderiam finalmente encontrar um lugar no mundo. Ao mesmo tempo, mulheres deveriam reprimir os próprios impulsos sexuais, que só existiriam em conformidade com o desenvolvimento da sexualidade do homem (IRIGARAY, 2017, p. 35). Mais uma vez, essas questões mostram o intenso controle, social e histórico, dos corpos das mulheres.

A sexualidade constitui uma experiência que permite com que nós compreendamos como os sujeitos se reconhecem e como se articulam dentro do sistema de regras

⁴ “Palabras que no me sirvieron para la vida, palabras que se diluían en aquella vida doméstica y sin alternativas”.

⁵ “[...] yo era alguien que necesitaba protección y cariño. Así viví por espacio de largo tiempo”.

e coerções de uma sociedade (FOUCAULT, 1998, p. 10). Trata-se de uma prática observada dentro dos diversos modos de subjetivação e que permeia, corajosamente, todo o texto de Pagu e de Blanca – corajosamente porque tal discurso não era comum às mulheres, afinal, o controle não estava com elas, e sim sobre elas. Questões referentes à sexualidade são, portanto, políticas.

Ainda sobre o tema, é sintomática a passagem em que Pagu conta brevemente que fora espancada pelo pai quando este descobriu a perda de sua virgindade (GALVÃO, 2005, p. 54). De acordo com Irigaray, a mulher ainda virgem se constitui em puro valor de troca, posto que “não é senão a possibilidade, o lugar, o signo, das relações entre homens. Nela mesma, ela não existe: ela é um simples envelope que recobre o que está realmente em jogo na circulação social” (2017, p. 206). Diante da “perda do valor de troca”, Pagu planejava afastar-se do controle paterno: “Eu me sentia à margem das outras vidas e esperava pacientemente minha oportunidade de evasão” (GALVÃO, 2005, p. 57). Vê-se que vivendo e percebendo o funcionamento do controle do corpo e da sexualidade pelo patriarcado, Pagu ansiava tomar esse poder para si e subvertê-lo – tanto que, para se livrar do controle paterno, mais tarde planejou um casamento fictício. Foi, decerto, mais do que um burlar do sistema; foi um enfretamento.

Blanca Luz, em seu turno, também tratou de subverter a ordem, e não conseguiu esconder a empolgação ao apaixonar-se aos dezessete anos, quando ainda estava no convento. A ausência do pai biológico em uma sociedade de base capitalista e patriarcal fora substituída pela figura de Deus e da Igreja. Todo o controle e repressão dado à Pagu pelo pai fora imputado a Blanca através da moral cristã. No convento, Blanca conta que até a intelectualidade era tolhida: “Os livros que eu selecionei cuidadosamente foram confiscados, sem nenhuma piedade. ‘Que leituras horríveis para uma menina!’, exclamou Irmã Inés, a diretora do convento (BRUM, 2004, p. 31)⁶. A paixão, da mesma forma, não seria algo admitido pela ideologia que rejeitava o fluir das experiências. Marx destaca em *A Sagrada Família* (1845) que a ideologia normativa – que não se baseia nos fatos concretos, mas em especulações – procura combater não somente o amor, “mas tudo aquilo que é vivo, tudo que é imediato, toda experiência sensual, toda experiência real, inclusive, da qual não se sabe com antecipação o ‘de onde’ e o ‘para onde’” ([1845] 2011, p. 34). O controle dos impulsos humanos resultava da necessidade direta de que a ordem vigente fosse mantida. Sendo as mulheres os maiores alvos desse controle, um passo em direção a uma vida mais libertária pode mesmo ser compreendido como revolucionário. O espírito livre de Blanca a fez, ao final das contas, abandonar o convento e ir viver uma vida boêmia ao lado do poeta vanguardista peruano Juan Parra del Riego.

Até o momento, o que parece é que apenas assuntos ligados à vida privada das autoras foram destacados. Porém, o esforço aqui é no sentido de mostrar que não há meios de essa separação entre privado e público existir, a não ser quando, ideologicamente, pretende-se confinar a mulher a uma das esferas. As experiências primeiras, íntimas, são parte importante do processo da construção de nossas subjetividades, e aqui as vivências das autoras, inseridas em suas literaturas de si, são decisivas para compreendermos toda a luta política que empreenderam em suas vidas. Ultrapassando a ordem

⁶ “Los libros que había seleccionado con esmero, me fueron decomisados, sin ninguna misericordia. ‘¡Qué horribles lecturas para una niña!’, exclamó Sor Inés, la madre directora”.

do confinamento da mulher à domesticidade, no próximo item será visto como Blanca e Pagu, com seus impulsos emancipatórios, se desenvolveram enquanto militantes e intelectuais. Assim, será percebido que tanto o exercício político ativo de suas vidas, quanto a prática discursiva revolucionária característica de suas literaturas de si, podem ser considerados, hoje, elementos da representatividade da mulher para além da domesticação imposta pelo sistema.

3 O ENCONTRO DOS IDEAIS E A PRÁTICA POLÍTICA DE PAGU E BLANCA LUZ

O casamento fictício de Pagu fora auxiliado por Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral, representantes maiores, à época, do movimento antropofagista⁷, o qual Pagu se afeiçoava desde que passou a procurar alternativas à consciência diminuta de sua classe social e de sua família (GALVÃO, 2005, p. 60). O casamento de Pagu foi logo anulado após cumprir seu objetivo. Havia sido apenas uma oportunidade de Pagu justificar sua saída da casa dos pais. Após desligar-se do matrimônio, Pagu relacionou-se com Oswald, e essa relação é considerada pela própria autora como de suma importância para o encontro político entre ela e as teorias revolucionárias da época. Não que anteriormente a esse relacionamento ela não tivesse nenhuma consciência de classe. Nascida no bairro operário do Brás, em São Paulo, viveu nos fundos de uma fábrica e viu de perto a rotina dos trabalhadores da época (CARRERI, 2015, p. 59). Porém, como narra, a luta de classes não era por ela compreendida em sua totalidade:

Morei no Brás até os 16 anos. Numa habitação operária, com os fundos para a Tecelagem Ítalo-Brasileira, num ambiente exclusivamente proletário. Sei que vivíamos economicamente em condições piores que as famílias vizinhas, mas nunca deixamos de ser os fidalgos da vila operária. A questão social, durante esse tempo, nunca foi examinada com algum interesse. Presenciava manifestações e greves e, se nesses momentos tomava partido, era um *parti pris* sentimental e, se exaltadamente acompanhava os movimentos, era por pura satisfação de meus sentimentos, à margem de qualquer compreensão ou raciocínio. Aliás, meu egocentrismo era absorvente demais para que eu me impressionasse demasiado com os infelizes. Era, naturalmente, contra os patrões, como se não pudesse ser de outra forma, mas nunca pesquisei o motivo e nem as causas ou razões da luta de classes (GALVÃO, 2005, p. 57).

Foi com sua inserção no grupo antropofágico que Pagu começou a compreender melhor as questões sociais às quais o movimento se dedicava. A autora reconhece que nesse ambiente pôde conhecer melhor os ideais revolucionários através de conversas e leituras que contribuíram para a construção de sua militância política (GALVÃO, 2005, p. 61). No caso de Blanca, saiu em fuga do convento e começou a se dedicar aos seus escritos. Encontrou receptividade nos círculos intelectuais e artísticos uruguaios, passando a fazer parte do grupo *Teseo*, movimento intelectual de vanguarda que contava com poetas, romancistas, dramaturgos etc. De acordo com Alberto Piñeyro, “Blanca Luz foi uma

⁷ O Movimento Antropofágico “propunha a ‘deglutição’ das estéticas estrangeiras, para reprocessá-las em expressões brasileiras e paradoxalmente originais, ou seja, assimilar (devorar) o que se considerava positivo para a formação da cultura nacional” (SANTOS; LEONEL, 2014, não paginado).

das poucas mulheres intelectuais que se atreveu a participar do grupo, naquela época quase exclusivamente masculino” (2011, p. 36).⁸ Pouco tempo depois, casou-se com del Riego e engravidou. Seis dias após o nascimento do filho, seu companheiro morreu de tuberculose. Blanca então partiu para o Peru, a chamado da família de del Riego. Lá se desenvolveu enquanto escritora e, finalmente, entrou em contato com as lutas sociais.

Para Blanca (2004, p. 51), a hospitalidade dos intelectuais peruanos foi fundamental para iniciar seu caminho na luta política – assim como a dos intelectuais e artistas antropofágicos foi para Pagu. Porém, para esta última – que logo também tivera um filho com Oswald, chamado Rudá – tudo se firmou quando viajou à Buenos Aires e entrou em contato com a vanguarda artística e intelectual argentina. Esse ponto é necessário para que se compreenda os desencontros do pensamento político latino-americano que, muitas vezes, conviveu com correntes de esquerda tão estranhas umas às outras. Löwy (1999, p. 10) comenta que o marxismo na América Latina se compôs, logo de início, a partir de duas concepções opostas: o excepcionalismo indo-americano e o eurocentrismo⁹, fato que mostra a dificuldade sentida pelos intelectuais em incorporar as propostas de Marx ao contexto latino-americano. Os desencontros aos quais me refiro diz respeito às diferenças entre os partidos comunistas da América Latina que contavam, de acordo com cada país, com suas particularidades. Assim, as origens dos partidos da Argentina e do Brasil se diferenciavam. No entanto, foi a partir de conversas com um militante do PC argentino que Pagu se interessou pela atuação política e social no Brasil (GALVÃO, 2005, p. 73). Logo, nota-se que esse descompasso entre as concepções ideológicas estruturais de cada partido latino-americano em nada impediu a militância enérgica tanto de Pagu quanto de Blanca Luz.

A brasileira, quando chegou ao Brasil munida de ânsia por ação política, se encontrou com Oswald de Andrade e ambos decidiram organizar o jornal *O Homem do Povo* (1931), que ficou conhecido como representante de “um jornalismo agressivo, de caráter panfletário e humorístico, cuja arma predileta era a invectiva polêmica, o ataque verbal despudorado, com um colorido ideológico ‘de esquerda’” (RISÉRIO, 2014, p. 35). Nesse pasquim, Pagu atuou como cartunista e autora da coluna feminista *A Mulher do Povo*. Nela, criticou o modelo de feminilidade imposto e potencializado pelos produtos da indústria cultural, como o cinema e as histórias em quadrinhos (FERRARA, 2017, pp. 9-10). Também chegou a criticar veementemente o feminismo liberal e elitista que chegara ao Brasil. Quando pondera, em *Paixão Pagu*, sobre esse momento inicial de atuação política, a autora diz que, quando da execução do jornal, tinha ainda pouco conhecimento sobre as teorias marxistas – as quais iriam guiar sua militância futuramente –, restringindo-se apenas ao que havia acabado de aprender em sua viagem à Buenos Aires (GALVÃO, 2005, p. 74). De curta duração, o jornal logo foi impedido de ser publicado.

⁸ “Blanca Luz fue una de las pocas intelectuales mujeres que se atrevió a concurrir a ese cenáculo, por aquel entonces casi privativo del sexo masculino”.

⁹ Na explicação de Löwy, “o excepcionalismo indo-americano tende a absolutizar a especificidade da América Latina e de sua cultura, história ou estrutura social. [...] esse particularismo americano acaba por colocar em questão o próprio marxismo como teoria exclusivamente europeia” (1999, p. 10). Já o eurocentrismo se caracteriza por ser “uma teoria que se limita a transplantar mecanicamente para a América Latina os modelos de desenvolvimento socioeconômico que explicam a evolução histórica da Europa ao longo do século XIX [...]. Nessa problemática, toda a especificidade da América Latina foi implícita ou explicitamente negada” (LÖWY, 1999, pp. 10-11).

Nessa época, entre 1930 e 1931, anos em que Pagu ainda estava descobrindo e ponderando sobre sua incorporação ao comunismo, Blanca Luz já almejava ser uma “pequeña Rosa Luxemburgo” (BRUM, 2004, p. 87). Mas antes de nos atermos à trajetória da uruguaia, é necessário que cheguemos ao ponto em que Pagu se decide por iniciar sua participação ativa nas questões políticas de seu país, percebendo sua afinidade aos ideais da esquerda latino-americana. Uma figura foi fundamental para que isso ocorresse: o líder revolucionário brasileiro Luís Carlos Prestes. Prestes esteve para Pagu assim como José Carlos Mariátegui, uma das maiores referências político-ideológica do marxismo latino-americano (LÖWY, 1999, p. 17), esteve para Blanca Luz. Admirada com a articulação e conhecimento político de Prestes, Pagu enfim deixou-se absorver pelos preceitos da revolução social. Ela narra:

[...] consegui saber que o comunismo era coisa séria. E fiquei conhecendo a grandiosidade de uma coisa até então desconhecida para mim – o espírito de sacrifício. Prestes mostrou-me concretamente a abnegação, a pureza de convicção. Fez-me ciente da verdade revolucionária e acenou-me com fé nova. [...] Tive de Prestes uma impressão magnífica e foi essa impressão que, em grande parte, me jogou na luta política. [...] Vi, nessa ocasião, o comunista convicto das suas argumentações, com a força da certeza e, principalmente, coerente com a luta a que se entregara. Um comunista honestamente comunista, um comunista como eu desejava ser. Mas o tempo foi pouco para que eu me inteirasse suficientemente do processo revolucionário a seguir para a emancipação do proletariado. Isso eu quis saber daí para diante. E comecei a estudar seriamente (GALVÃO, 2005, pp. 75-76).

Assim Pagu começou a se dedicar aos ideais revolucionários. Blanca Luz, quando ainda estava hospedada na casa dos pais de del Riego, conheceu Mariátegui e se encantou com seus ensinamentos. Tinha consciência de que a partir daquele encontro a sua vida iria mudar completamente. Reconhecendo a magistralidade de Mariátegui, Blanca estabeleceu com ele uma relação de mestre e discípula, que é por ela relatada:

A influência exercida pelo maestro se devia mais ao contato espiritual do que à própria pregação; se devia à radiante persuasão que emanava de seus olhos negros derramando uma vida em chamas. [...] Se devia à sua cultura, sua capacidade política, sua liderança. Vinha de um cérebro lindamente dotado, derramando cada palavra, cada frase, como uma água natural e pura. Ninguém tratará o problema dos índios de nossa América como ele. Nem fará uma radiografia tão profunda do social, do político, do humano desses povos (BRUM, 2004, p. 54).¹⁰

A partir da apresentação sobre os primeiros contatos das autoras com perspectivas revolucionárias, percebe-se um trabalho feito por ambas no sentido de construírem a si próprias. Já que as subjetividades resultam das relações e, sendo as relações, resultados de reconhecimentos que fazemos de um outro – dentro de variadas normas sociais condicionantes (BUTLER, 2017, p. 37) –, pode-se dizer que a singularidade enquanto autenticidade se perde. A singularidade dos seres, de fato, possui muitas propriedades

¹⁰ “La influencia que ejercía el maestro se debía más al contacto espiritual que a la prédica misma, a la radiante persuasión que emanaba de sus ojos tan negros derramando una vida ardiente. [...] Se debía a su cultura, a su capacidad política, a su calidad de líder. Provenía de un cerebro maravillosamente dotado, vertiéndose sobre cada palabra, sobre cada frase como un agua natural y pura. Nadie como él tratará el problema de los indios de nuestra América. Ni radiografiará con tanta hondura lo social, lo político, lo humano de estos pueblos”.

em comum com a do outro. Logo, a partir do momento em que a singularidade do pensamento de Prestes dialoga com a de Pagu, Prestes e Pagu possuem similaridades que impossibilitam que um não seja um justamente pelo outro. Trocando em miúdos: o que foi lido até agora pode levar a uma conclusão de que Pagu e Blanca Luz foram o que foram porque conheceram os homens que conheceram. Em certa medida, essa afirmação é correta. Entretanto, há que se considerar o quanto de Blanca Luz existiu em Mariátegui, ou o quanto de Pagu existiu em Prestes. Se o sujeito é fruto da interpeção e ela nunca é uma via de mão única, então a ação de uma pessoa sobre a outra não é constituinte e determinante apenas para uma dessas pessoas. Por mais difícil que possa ser – dada as estruturas sexistas, racistas, classistas etc. sobre as quais nossa sociedade fora construída – é preciso reconhecer a existência de uma reciprocidade considerável nesse movimento de construção dos sujeitos nas relações observadas (FERRARA, 2019, p. 62).

Voltando à trajetória de Pagu e Blanca, Prestes e Mariátegui foram figuras importantes no processo de despertar do interesse intelectual de ambas pelas questões sociais, mas a vontade de participarem mais ativamente de partidos, agitações e levantes veio depois. Pagu filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) após participar de uma reunião do Sindicato de Construção Civil de São Paulo. Decidiu comparecer e se surpreendeu com as discussões e o entusiasmo dos trabalhadores grevistas (GALVÃO, 2005, p. 79), e foi a partir da fala de um militante negro e comunista, chamado Herculano, que Pagu firmou sua participação às ações do PCB:

[...] eu senti perfeitamente a separação, o corte na vida e a iluminação súbita do novo horizonte. Senti valorizada a minha estada no mundo. De tudo que eu sentia antes, ficou o doloroso da revolta, o necessário auxiliar da luta futura. [...] Que diferença da explicação intelectual de Prestes que me exaltara sem convencer, provocando uma curiosidade ilimitada e sem satisfação. Herculano conseguiu chegar ao fundo de mim mesma (GALVÃO, 2005, p. 80-81).

Posteriormente a esse dia, iniciou sua participação no Partido. De sua parte, houve entrega total ao grupo e à ideologia propagada por ele: “O marxismo. A luta de classes. A libertação dos trabalhadores. Por um mundo de verdade e justiça. Lutar por isso valia uma vida. Valia a vida” (GALVÃO, 2005, p. 81). Mais tarde a decepção com a organização partidária e com seus membros seria inevitável, pois o fato de Pagu ser mulher a colocava no lugar mais baixo da hierarquia imposta nas relações dentro do Partido, que rechaçava as demandas das mulheres. Porém, no início de sua participação, ainda tomada pelo êxtase de poder habitar um espaço inimaginável quando se sentia presa sob o domínio do pai, esse fator ainda não era perceptível:

A entrada no partido para mim era um privilégio que assombrava minha insignificância. O convívio dos militantes, um dom que eu faria tudo por merecer. Preparei-me para ser recebida num ambiente de fortes e bons; de absolutamente honestos e valorosamente revoltados. Só poderia ser assim a vanguarda dos trabalhadores, a direção dos povos na revolução proletária. Devia ser linda a fraternidade reinante entre os participantes da luta ideal pela causa que todos compartiam. Fraternidade e espírito de sacrifício. Liberdade absoluta de convicção e, principalmente, pureza (GALVÃO, 2005, p. 81).

No que tange a experiência de Blanca, enquanto convivia com Mariátegui atuava nos espaços mais intelectuais do que propriamente partidários. Passou a contribuir

com textos e poemas para a revista *Amauta*, ao lado de pintores, escultores e ensaístas de toda a América Latina (BRUM, 2004, p. 56). Segundo Piñeyro, *Amauta* representou “uma das primeiras experiências em que as mulheres peruanas, e também de outras nacionalidades, puderam escrever sobre temas políticos e culturais” (2011, p. 50).¹¹ Antes da criação do Partido Socialista Peruano, Blanca atuara nas discussões do grupo da APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana). Aqui, é importante salientar as nuances da formação política de Pagu e Blanca Luz: a primeira, mais ativamente ligada aos partidarismos, vivenciou um outro tipo de experiência comunista – mais burocrática, dogmática e sistematizada, vinculada fortemente às organizações soviéticas; a segunda, que não abandonaria tão facilmente os pressupostos teóricos e críticos apresentados por Mariátegui, teve grande dificuldade em se associar a um partido comunista, experimentando as contradições e ambiguidades das leituras marxistas no contexto da América Latina. Na verdade, Blanca trabalharia intelectualmente por trás de todos os partidos comunistas dos países em que morou (Peru, Uruguai, Argentina, México e Chile), evidenciando que pouco se importava com a direção ideológica de revolução representada por cada movimento (CAMPOS, 2010, p. 11).

Necessitando partir do Peru por conta de perseguições políticas, Blanca passara um tempo em Buenos Aires (1928-1929), e então regressou ao Uruguai, onde encontrou o muralista mexicano David Alfaro Siqueiros, quem seria seu futuro companheiro. Nesse tempo, conheceu, enfim, as propostas do Partido Comunista Mexicano. Foi o primeiro contato da autora com um partido que correspondia aos padrões soviéticos.

Pagu, por sua vez, já começava a se deparar com a arbitrariedade e a dominação do PCB, que reproduzia a separação profunda entre vida pública e privada, sem terem qualquer noção de que isso servia mesmo ao sistema capitalista, o que, naquele momento, diziam que pretendiam combater. Ao chorar por deixar o filho antes de partir para um trabalho partidário, fora acusada de “excessivo sentimentalismo”, que não correspondia, de forma alguma, à causa revolucionária. Por este motivo começou a esconder seus pensamentos e sentimentos, conforme narra:

Foi com um tom de infinito desprezo que R. atacou o que designava como aviltante sentimentalismo. E com toda a vontade de atingir arranjou essas palavras:

– E se seu filho morresse hoje?

Senti apenas que estava muito quente e pude responder:

– Os filhos dos trabalhadores estão morrendo de fome todos os dias. O importante é a nossa tarefa de agora.

Por que falei assim? Senti como falseados os meus sentimentos. Estava também principiando a formar atitudes. Odiei-me pela cretinice e desonestidade comigo mesma. Continuamos nossa marcha (GALVÃO, 2005, p. 83).

Nota-se, aqui, que as questões da vida privada eram consideradas obsoletas pelos partidos, de modo que as mulheres tinham suas demandas rechaçadas. Para eles, suas participações deveriam, supostamente, neutralizar as vivências atreladas às questões de seu gênero. Dentro do Partido, Pagu ficou por conta de alguns trabalhos que exigiam

¹¹ “[...] una de las primeras experiencias en que las mujeres, peruanas y también de otras nacionalidades, pudieran escribir sobre temas políticos y culturales”

dedicação, tempo e exclusividade. Ocupando as ruas através da panfletagem, tornou-se alvo dos policiais e bode expiatório do PCB, o que a levou por duas vezes à prisão durante esse período (GALVÃO, 2005, p. 84). Sobre esse tempo, a autora lembra: “Foram dias agitados, de reuniões e deliberações, em que minha vida pessoal desapareceu” (GALVÃO, 2005, p. 85). Havia, portanto, uma necessidade de que a causa revolucionária superasse a vida privada, suprimisse as experiências íntimas, como se o público e o privado não possuíssem qualquer relação entre si. Talvez tenha sido por esse motivo que para os membros do Partido tenha sido tão difícil perceber determinados problemas sociais ocasionados pelo capitalismo, “mas que ao mesmo tempo atravessavam diversas questões estruturais da sociedade as quais se refletiam no subestimado cotidiano das relações humanas” (FERRARA, 2019, p. 81).

No que concerne à Blanca Luz, sua jornada pelo Partido Comunista Mexicano começou quando foi para o México assim que conheceu Siqueiros. Em *Mi Vida*, a uruguaia não se ocupa em narrar seus sentimentos revolucionários procedentes de sua experiência em território mexicano. Entretanto, em *Contra la corriente* (1934, p. 83),¹² afirma: “Através do México amei a América e pela primeira vez senti a arquitetura e as artes plásticas, e me fiz firme em minha paixão pela luta”. Mas também foi através de seu contato com o PCM que começou a perceber a fragmentação do movimento revolucionário latino-americano, o qual encontrava-se em disputa – disputa essa vivida em seu próprio corpo-território. Os comunistas mexicanos eram notadamente incomodados com a abertura sul-americana às culturas estrangeiras desde o recebimento de imigrantes advindos da Europa, fato que, aos olhares dos revolucionários do México, aburguesava toda a América Latina. Por isso, houve a necessidade de “mexicanizarem” Blanca. Seu disciplinamento passava pelo modo de se vestir, de se pentear, e até mesmo de se portar, enquanto tudo o que fizera de “diferente” ou “sul-americano” seria ridicularizado porque considerado extremamente burguês e europeu. Blanca Luz anota: “E partimos para o México. Siqueiros tentou apagar em mim todos os traços europeus, minha mentalidade, meus hábitos, minhas roupas” (BRUM, 2004, p. 61).¹³ Esse trabalho de disciplinamento do corpo da mulher também se deu sobre Pagu através das exigências feitas pelo PCB. Extremamente burocratizado e cheio de problemas relativos às propostas baseadas em interpretações insuficientes das teorias anticapitalistas, o Partido exigiu de Pagu sua proletarização, o que envolvia dedicar-se inteiramente à causa, participar de comícios e, enfim, trabalhar em uma fábrica. Exigiam que fosse construída a aparência de alguém que almeja lutar pela revolução. Segundo Pagu, “eram necessários uma nova vida e um novo nome” (GALVÃO, 2005, p. 85). Houve, pois, um notável disciplinamento do corpo.

De qualquer maneira, os trabalhos no Partido foram se intensificando e, satisfeita, Pagu começara a ocupar mais as ruas, até que um dia, em um comício, seu amigo Herculano foi baleado em seus braços (GALVÃO, 2005, p. 89). Foi presa nesse episódio, no dia 23 de agosto de 1931. O momento tem destaque na história de Pagu com o Partido porque é aqui que as relações entre ela e os membros da organização começaram a se

¹² “Por México amé a América y por primera vez sentí la arquitectura y la plástica y me hice firme mi pasión de lucha”.

¹³ “Y partimos a México. Siqueiros trataba de borrar en mí todo rasgo europeo, mi mentalidad, mis hábitos, mi vestimenta”.

tornar mais hostis. Enquanto a autora se popularizava entre os proletários, o PCB se contrariava e negava qualquer associação do grupo com a militante. Pagu conta: “Soube também que o meu nome era propalado aos quatro cantos e repetido com entusiasmo no meio dos proletários, o que era considerado pernicioso pelo Partido por se tratar de uma militante de origem pequeno-burguesa” (GALVÃO, 2005, p. 91). Com a insatisfação da organização partidária perante o intenso reconhecimento de seu nome, a militante se viu obrigada a fazer uma declaração em que isentava o PCB de qualquer ligação com o motivo de desordem que a levou até a prisão. Nessa declaração deveria afirmar que não possuía um conhecimento profundo sobre o tema do comunismo e que discursou durante o comício sem a permissão do Partido. A autora narra que: “sugeriu-se um manifesto e uma declaração minha. [...] [No manifesto] se acentuava a desordem provocada por mim, que eu tinha falado sem conhecimento ou autorização da organização, com intento provocador, etc.” (GALVÃO, 2005, p. 91). Tal exigência só reforçou a situação social de submissão de Pagu enquanto mulher, arbitrariamente depositada em um local de ignorância e incapacidade de compreensão de teorias supostamente dominadas por homens.

No México, devido a conflitos políticos da época, uma verdadeira caçada aos militantes e ativistas comunistas havia começado. O Partido Comunista Mexicano vivia na ilegalidade, e Blanca acabou sendo detida, da mesma forma que Pagu, acusada de agitação e desordem política. Todavia, a autora se cala sobre esse episódio em *Mi Vida*. É como se tentasse fazer desaparecer de suas memórias todo o sofrimento que acompanhou seus anos de luta, concentrando-se sempre nas micropolíticas que fazia através de seus relacionamentos e de suas crenças mais subjetivas. O que é sabido é apenas que o PCM nunca aceitara Blanca, de fato, como uma de suas militantes, justamente porque seus membros a viam como uma sul-americana aburguesada e, portanto, não confiavam em seus propósitos revolucionários (BRUM, 2004, pp. 62-63). As desconfianças do PCB perante Pagu e do PCM perante Blanca Luz perpassavam por questões que, visivelmente, ofereciam valor de desprestígio à mulher. Se compararmos suas situações às dos homens que militavam em conjunto, perceberemos um padrão que se mostra através de uma maior especulação sobre suas imagens e consequente deslegitimação de suas lutas. Tanto que Siqueiros fora expulso do PCM não por um motivo associado a seu próprio caráter, e sim a seu vínculo com Blanca. Em 1930, quando o muralista fora preso durante uma manifestação política, o partido não demorou para lançar uma nota em que determinava sua expulsão, justificando a decisão no suposto abandono das causas por parte do mexicano após este ter sido seduzido por Blanca (PIÑEYRO, 2011, p. 82). Insistia-se, aqui, no mito da mulher enquanto sedutora, enquanto aquela que desvirtua os homens de seus caminhos através de uma relação de poder estabelecida nas relações amorosas. Nesse jogo, a mulher exerceria um poder sobre as ações dos homens por meio da sedução, calcada em um comportamento culturalmente feminino (PETTERLE, 2005, p. 68).

Nas narrativas de ambas as autoras, o tratamento hostil dos partidos para com elas e com outras mulheres¹⁴ é constantemente evidenciado, o que ajuda também a construir

¹⁴ Pagu e Blanca narram histórias nas quais outras mulheres são igualmente alvo das práticas patriarcais de controle dos corpos e negação da possibilidade em participarem ativamente da vida pública dos países nos quais se encontravam. Blanca destaca, por exemplo, a mexicanização, semelhante a que fora

uma crítica do próprio desenvolvimento da esquerda, mais precisamente do comunismo, na América Latina. Através da reprodução de discursos e práticas patriarcais e até mesmo características de um ambiente favorável ao capitalismo – como a separação intensa entre esferas pública e privada –, pode-se pressupor que tanto PCB quanto PCM, e, ademais, outros diversos partidos comunistas latino-americanos ligados às interpretações soviéticas do socialismo, visavam apenas a transposição de poderes, e não a desestruturação do sistema de dominação. Sem considerar que cada sujeito representa, dentro de suas especificidades de gênero, raça, classe, sexualidade etc., um elemento chave para a formação da nação, não é possível alcançar uma revolução social. E essa crítica à história política latino-americana se tornou possível, em certa medida, com os relatos apresentados pelas autoras. Através de seus olhares, admite-se as descontinuidades, fragmentações e inconsistências de uma luta que pretende levar em conta apenas a vivência de uma parte (masculina) da população.

As autoras foram além e não apenas se fizeram presentes; analisaram, criticaram, e expuseram as verdades de suas experiências. Blanca chega a dizer que muitos partidos de esquerda na América, em oposição ao que se esperava dos partidos revolucionários, estavam, já nas décadas de 1940 e 1950, “deslocados, alinhados à oligarquia e ao imperialismo” (BRUM, 2004, p. 145)¹⁵. Pagu, de maneira semelhante, constrói sua visão quando observa algumas atividades dentro do Partido: “Todo trabalho que o direito burguês qualificava de crime comum era realizado pelo Comitê Fantasma” (GALVÃO, 2005, p. 123). Vemos que ambas as autoras denunciam, se colocam em risco e, a partir desse mesmo discurso constroem novas verdades agora com suporte em suas próprias experiências, as quais relatam nas duas obras aqui estudadas. Apresentamos, assim, práticas narrativas que, de alguma maneira, puderam e podem contribuir para a formação do eu de uma maneira não normativa, de uma maneira que reivindique as diversas possibilidades de ser militante, de ser escritora, de ser mulher.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste breve estudo, pretendeu-se oferecer um panorama comparativo das obras *Paixão Pagu: A autobiografia precoce de Patrícia Galvão* (2005), da Pagu, e *Mi Vida: Cartas de Amor a Siqueiros* (2004), de Blanca Luz, de modo que pudesse ser evidenciado como a literatura de si produzida por essas mulheres possuem caráter revolucionário e feminista. Através de suas narrativas, foi possível compreender um pouco sobre a formação das subjetividades das mulheres latino-americanas no início do século XX, bem como sobre o desenvolvimento da política, principalmente vinculada à ideologia de esquerda, no contexto da América Latina.

Durante suas trajetórias, percebemos o papel crucial de domínio exercido pela classe social a qual estavam vinculadas, isto é, pequena-burguesia, e da estrutura patriarcal subjacente. Isso não apenas se mostrou através da educação restritiva que

submetida, imposta à Frida Kahlo pelos intelectuais e militantes do PCM, incluindo Diego Rivera (BRUM, 2004, p. 65). Pagu, por sua vez, conta sobre uma colega, Eneida, que foi expulsa do PCB sob acusação de ser uma “jovem pequeno-burguesa” que só sabia seduzir os homens do Partido e distraí-los do ideal político (GALVÃO, 2005, p. 110-111).

¹⁵ “[...] desplazados, coaligados con oligarquía e imperialismo”.

obtiveram de suas famílias, mas principalmente em suas dificuldades de serem aceitas como militantes dos partidos comunistas com os quais tiveram contato. Não existiam justificativas concretas para o rechaço sofrido por elas. Blanca Luz, por exemplo, foi, por tempos, rejeitada enquanto intelectual e revolucionária sob argumentos referentes ao seu corpo, à sua aparência e à sua personalidade. Semelhantemente ao que ocorrera com Pagu, a autora uruguaia sofreu uma mistificação de sua figura (CAMPOS, 2010, p. 77). Com isso, seus trabalhos foram esquecidos e apenas seus casos pessoais lembrados. Acusada de sedução, não era reconhecida como revolucionária nem artista, e sim como um simples corpo sexualizado.

O caso de Pagu passara pela mesma problemática, e seus trabalhos também não encontraram muito prestígio. Ainda que sua atuação na literatura modernista tenha sido significativa, elaborando, por exemplo, o primeiro romance proletário brasileiro – *Parque Industrial*, escrito em 1931 e publicado em 1933 –, não logrou reconhecimento dentro do campo literário do país. Mesmo diante da perspectiva única e singular apresentada pela autora, o trabalho é apenas citado, sem muita ênfase, em poucos compêndios de literatura brasileira (JACKSON, 2014, p. 377). De qualquer forma, essas duas mulheres insistiram e resistiram em seus caminhos.

Pagu e Blanca se envolveram com a literatura e com a política ainda jovens. Embora a participação em espaços literários e partidários não fosse bem aceita nem habitual para as mulheres, insistiram em transgredir tais normas. Dessa maneira, o projeto de manter as mulheres afastadas da vida pública por serem impelidas a um estado de ignorância cultural e intelectual falhou, e hoje ambas as autoras podem ser consideradas precursoras da participação ativa de mulheres latino-americanas na vida política e artística do continente.

O ato de se narrarem, narrarem suas vivências, suas lutas, é em si revolucionário. Aqui pudemos ver que a práticas de si desenvolvida na escrita de si das autoras se contrapõe aos discursos que naturalizam a domesticação da mulher. O relato de si se mostra, então, como um caminho efetivo para a (re)construção da subjetividade das mulheres. Quando a batalha cultural introspectiva de reflexão sobre a própria vida parte de mulheres que se predispõem a expor suas experiências possibilitando uma crítica à estrutura social, podemos considerar que essa escrita de si ganha a dimensão de uma prática discursiva revolucionária e feminista. O próprio conteúdo explicitamente político trazidos nas obras possibilitam uma crítica ao capitalismo e à simplificação dos ideais revolucionários e marxistas na América Latina.

Ao vermos a ainda pouca participação de mulheres na política instrumental da América Latina, percebemos que as dificuldades enfrentadas por Pagu e Blanca Luz para que seus discursos fossem considerados relevantes de um ponto de vista político-partidário ainda são enfrentadas nos dias atuais. Quando consideramos a interseção entre gênero, raça e classe, a tendência é que essas dificuldades fiquem ainda maiores. É importante, portanto, entrarmos em contato com essas experiências anteriores, narradas a partir de reflexividades que oferecem um alicerce para a crítica social, para a conscientização e para as diversas possibilidades de agenciamento de mulheres na política da América Latina. A militância evidenciada nas páginas de *Paixão Pagu* e *Mi Vida* possibilitam uma leitura histórica da presença das mulheres nas instituições públicas, e, além disso, suscitam alternativas de ação para o presente e para o futuro.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, J. E. J. **O marxismo e a questão feminina**: as articulações entre gênero e classe no âmbito feminino revolucionário. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-24052012-163347/pt-br.php> Acesso em: 14 maio 2020.
- BRUM, B. L. **Contra la corriente**. Santiago: Ercilla, 1934.
- BRUM, B. L. **Mi vida**: cartas de amor a Siqueiros. Santiago: Mare Nostrum, 2004.
- BUTLER, J. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Tradução Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- CAMPOS, E. **Siqueiros y Blanca Luz Brum**: una pasión tormentosa. Buenos Aires: Lectorum, 2010.
- CANDIOTTO, J. **Teologia na perspectiva das relações de gênero**: a contribuição da hermenêutica bíblica. 2008. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=12136@1> Acesso em: 14 maio 2020.
- CARRERI, M. L. Oswald de Andrade e o PCB na década de 1930: moderno, modernidade e diálogo social. XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal. **Anais XVII Simpósio Nacional de História**. Natal: UFRN, 2013, pp. 1-15. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364304792_ARQUIVO_OSWALDDEANDRADEEOPCBNADECADADE1930.pdf. Acesso em: 15 maio 2020.
- CRUZ, A. C. S. A chamada acumulação primitiva. **Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 8, n. 2, pp. 197-200, 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/20519> Acesso em: 15 maio 2020.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERRARA, J. A. Modernidade e emancipação feminina nas tirinhas de Pagu. **Darandina Revisteletrônica**, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, pp. 1-20, 2017. Disponível em: <http://www.ufjf.br/darandina/files/2018/01/Artigo-J%C3%A9ssica-Ferrara.pdf> Acesso em: 15 maio 2020.
- FERRARA, J. A. **Literatura, gênero e política na América Latina**: conexões entre Pagu e Blanca Luz. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras: Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/9340> Acesso em: 15 maio 2020.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. 8. ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, pp. 251-250.

- GALVÃO, P. **Paixão Pagu**: a autobiografia precoce de Patrícia Galvão. Rio de Janeiro: Agir, 2005.
- GARGALLO, F. **Ideas feministas latinoamericanas**. 2. ed. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), 2006.
- IRIGARAY, L. **Este sexo que não é só um sexo**: sexualidade e *status* social da mulher. Tradução Cecília Prada. São Paulo: Senac São Paulo, 2017.
- JACKSON, K. D. Patrícia Galvão e o realismo-social brasileiro dos anos 1930. In: CAMPOS, A. (Org.). **Pagu**: vida e obra. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, pp. 376-381.
- LÖWY, M. Introdução. In: ____ (Org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 9-64.
- LÖWY, M. **O que é cristianismo da libertação**: religião e política na América Latina. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.
- MARX, K. **A sagrada família, ou, A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes**. Tradução Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2011 [1845].
- PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PETTERLE, A. P. **Mulher, sedução e consumo**: representações do feminino nos anúncios publicitários. 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.pucRio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=6989@1 Acesso em: 17 maio 2020.
- PIÑEYRO, A. **Blanca Luz Brum**: una vida sin fronteras. Maldonado: Botella al Mar, 2011.
- RAGO, M. Introdução: balizas. In: _____. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Unicamp, 2013, pp. 23-59.
- RISÉRIO, A. **Pagu**: vida-obra, obravida, vida. In: CAMPOS, A. (Org.). **Pagu**: vida e obra. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, pp. 32-55.
- SANTOS, F. O. F.; LEONEL, M. M. A fome antropofágica: utopias e contradições. **Revista Estudos Culturais**, São Paulo, [15] p., 2014. Disponível em: <http://www.each.usp.br/revistaec/?q=revista/1/fome-antropof%C3%A1gica-utopias-econtradi%C3%A7%C3%B5es> Acesso em: 17 maio 2020.
- SOIHET, R. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 5, n. 1, 1997, pp. 7-33. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12558/11703> Acesso em: 20 maio 2020.
- SOUZA, Pedro de. Resistir, a que será que se resiste? O sujeito feito fora de si. **Linguagem em (dis)curso**, Tubarão, v. 3, pp. 37-54, 2003. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/245 Acesso em 20 maio 2020.

Recebido em 25/05/2020

Aceito em 06/07/2020